

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): TEXTO E CONTEXTO

Antonio Roberto Xavier¹

Lisimére Cordeiro do Vale Xavier²

Maria Jucilene Freire Lopes Marinho³

Resumo

A Educação a Distância (EaD) no cenário atual é um dos assuntos de grande visibilidade no meio educacional por suas alternativas democráticas no âmbito do ensino-aprendizagem tanto na esfera pública quanto na privada. Assim como acontecem com outros temas, a EaD, embora tenha chegado a esse *status* de intenso debate e amplas expectativas, muitas vezes, não tem alcançado uma discussão mais profícua e significativa no tocante à sua promoção, eficiência e eficácia como política educacional promissora e indispensável no atual estado de coisas. Refletindo assim, a escrita deste texto tem como finalidade precípua apontar os diferentes modos de Educação a Distância (EaD) ocorridos em distintos contextos temporais e destinada com foco às demandas peculiares. Inicialmente, tratamos de expor o conceito e demais definições sobre Educação a Distância (EaD), seus fundamentos teórico-metodológicos, caracterizações e abordagens diversas. Em seguida procuramos demonstrar as principais mudanças e transformações ocorridas ao longo da evolução conceitual e contextual concernentes aos procedimentos didático-pedagógicos vinculados à teoria, bem como os avanços técnicos vinculados aos procedimentos metodológicos da Educação a Distância. Como resultados parciais, constata-se nesta escrita que o sucesso das políticas educacionais está condicionado ao engajamento não só dos professores, mas de toda comunidade escolar,

¹ Doutor em Educação (UFC); Pós-doutorando em Educação (UFPB); Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE); Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); Especialista em História e Sociologia (URCA); Graduado em História (UECE); Graduado em Pedagogia (FAK). Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) do Curso de Bacharelado em Administração Pública presencial e EAD; Membro do NDE do Curso de Bacharelado em Administração Pública (EAD) da UNILAB;

² Doutoranda em Educação Brasileira (UFC); Mestra em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (UECE); Graduada em Pedagogia (UECE); Graduada em Letras (UECE). Professora da Rede Pública Municipal e Estadual do Estado do Ceará. Experiência em Ensino a Distância (EaD) na Escola de Gestores (UFC).

³ Mestranda em Informática Educativa; Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio - UECE; Mídias na Educação - UFC, Tecnologias na Educação - PUC/RIO e Gestão Escolar - UFC/CE; Graduada em Letras (UERN); Funcionária Pública da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-CE. Experiência em Informática Educativa e Educação a Distância (EAD).

sobretudo no tocante ao domínio correto das mídias e dos processos metodológicos a serem empregados peculiarmente a Educação a Distância (EaD).

Palavras-chave: Educação a Distância; Tecnologias da Informação; Ambientes Virtuais.

DISTANCE EDUCATION (EAD): TEXT AND CONTEXT

Abstract

The Distance Education (DE) in the current scenario is one of the high profile issues in the educational environment for its democratic alternatives in teaching and learning in both public and in private. As happens with other things, distance education, although it has reached this status of intense debate and broad expectations often do not achieve more fruitful and meaningful discussion regarding the promotion, efficiency and effectiveness as a promising and indispensable educational policy in the current state of affairs. Thus reflecting the writing of this text has as main purpose to point out the different modes of Distance Education (DE) occurred in different temporal contexts and intended to focus the peculiar demands. Initially, we try to explain the concept and other definitions of Distance Education (DE), their theoretical and methodological foundation, characterizations and various approaches. Then we try to demonstrate the major changes and transformations over the conceptual and contextual developments concerning the didactic and pedagogical procedures related to the theory and technical advances related to the methodological procedures of the Distance Education. As partial results, it appears at this writing that the success of educational policy is conditional on the involvement not only of teachers, but the whole school community, especially with regard to the correct field of media and methodological processes to be to be employed peculiarly nailed the Distance Education (EAD).

Keywords: Distance Education; Information Technology; Virtual Environments.

Introdução

A educação à distância só se realiza quando um processo de utilização garante uma verdadeira comunicação bilateral nitidamente educativa. Uma proposta de ensino/educação à distância necessariamente ultrapassa o simples colocar materiais instrucionais a disposição do aluno distante. Exige atendimento pedagógico, superador da distância e que promova a essencial relação professor-aluno, por meios e estratégias institucionalmente garantidos. (SARAIVA, 1996, p. 16).

A propósito da epígrafe de Terezinha Saraiva chamamos a atenção para o processo interativo entre docência-discência em todas as modalidades de ensino-aprendizagem e, sobretudo na EaD. É condição primordial que haja essa interação ou reciprocidade pedagógica que é a comunicação ou diálogo bilateral entre docente discente na prática de EaD. Para aprofundarmos essas ideias a escrita deste texto tem como finalidade precípua apontar os diferentes modos de Educação a Distância (EaD) ocorridos em distintos contextos temporais. Antes, porém, tratamos de expor o conceito e demais definições sobre Educação a Distância (EaD), seus fundamentos teórico-metodológicos, caracterizações e abordagens diversas. Para tanto, procuramos nesta abordagem demonstrar as principais mudanças e transformações ocorridas ao longo da evolução conceitual e contextual concernentes aos procedimentos didático-pedagógicos vinculados à teoria, bem como os avanços técnicos vinculados aos procedimentos metodológicos. Deixamos posto que a EaD, no contexto atual, ocorre tanto na esfera do público como na do privado.

Em rápida decifração é possível assegurar que Educação a Distância se realiza independentemente de distâncias e tem como diferencial da educação presencial o fato de que através da EaD o discente é o sujeito construtor de seu próprio conhecimento, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes concernentes à sua formação intelectual e à vida em locais e tempos que lhe são peculiares e propícios. Para tanto, basta a intermediação com

orientações de um professor a distância e materiais didáticos disponíveis via Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA). Esta é a base fundamental para o processamento da EaD.

EaD: conceito e princípios

A Educação a Distância (EaD) no cenário atual é um dos assuntos de grande visibilidade no meio educacional por suas alternativas democráticas no âmbito do ensino-aprendizagem. Assim como acontecem com outros temas, a EaD, embora tenha chegado a esse *status* de intenso debate e amplas expectativas, muitas vezes, não tem alcançado uma discussão mais profícua e significativa no tocante à sua promoção e eficácia como uma política pública promissora e indispensável no âmbito da educação. O fato é que temas dessa natureza quando alcança um certo patamar de discussões sem ações e realizações concretas acabam por cair no discurso vazio ou numa constante abordagem improdutivo, sobretudo quando se trata de uma demanda, sobretudo na esfera pública que requer investimentos de recursos humanos, técnicos e logísticos como é o caso da Educação a Distância. Sem deixar de mencionar certas resistências e/ou preconceitos que ainda existem em relação a prática de EaD.

É racional mencionar que ao falarmos de educação necessitamos esclarecer a qual tipo de educação estamos nos referindo, pois, como sabemos existem 3 (três) tipos de educação: a informal, a não formal e a formal. Sendo que a educação informal é a primeira e a mais natural haja vista que esta está relacionada com o cotidiano direto da família e do entorno comunitário, ou seja, é o legado cultural material e imaterial transmitido através das gerações mais velhas às mais novas. É através da educação informal que os costumes, tradições, modos de viver e sobreviver são aprendidos e apreendidos pelas gerações mais jovens de forma contínua e perpetuadora (GEERTZ, 1973; SODRÉ, 1994). É relevante acrescentar que a educação informal se processa sem a necessidade de uma organização infraestrutural e didático-pedagógica, pois os conhecimentos são assistemáticos e se fundamentam em práticas e experiências anteriores, ou seja, o passado orientando o presente atuando no âmbito

sentimental e emocional como forma de processo constante (GOHN, 2006). Sua ocorrência concentra-se na esfera privada ou no máximo em acordos não oficiais, mas com base no aspecto do consuetudinário.

No que diz respeito à educação não formal, muitas vezes, confundida com a educação informal, porém com distintos atributos, pois esta, apesar de não ser desenvolvida em sistema escolar, com séries, currículos, certificação e demais exigências oficiais, ela acontece com alguma forma de organização com espaços intencionalmente definidos, instrutores, pautas e assuntos predefinidos atuando, sobremaneira em aspectos subjetivos de grupos, baseando-se fundamentalmente na solidariedade e identificação de interesses comuns. Trabalha os aspectos do capital social procurando formar a identidade coletiva de um grupo e também o capital político através da formação de conscientização e crítico-reflexivo visando a emancipação e cidadania em coletividade (GOHN, 2006). Na educação não formal também prevalece os aspectos da esfera privada.

Com relação à educação formal esta está vinculada diretamente ao sistema oficial escolar e acadêmico com séries, títulos e graus, currículos, normas e legislações governamentais ocorrendo tanto na esfera pública como na esfera privada. Na educação formal, o tempo, espaço, profissionais servidores, normatizações, legislações, padrões e objetivos oficial e previamente estabelecidos são as principais diferenciações das demais formas de educação (GOHN, 2006). Outro fator preponderante é que na modalidade de educação formal o que está como discussão central nos dias atuais é a formação-qualificação para o mundo do trabalho. Deste modo, a educação prima por uma formação constante de acordo com as regras do jogo do mercado de trabalho reivindicando capacitação, qualificação e requalificação constantemente.

Com efeito, com as demandas da tríade economia-tecnologia-telecomunicação as transformações e mudanças no meio educacional também são reivindicadas de acordo com as exigências do mundo do trabalho a cada dia mais efêmero e volátil. Isto significa dizer que a sociedade que dispõe e emprega mais capital na educação-formação de seus habitantes se sobressai no quesito de mão-de-obra qualificada e conseqüentemente tem mais acesso as

atividades do trabalho cada vez mais sofisticadas. Esta foi e tem sido uma exigência capital para o desenvolvimento da EaD de forma a atender as demandas mercadológicas que forma e transforma continuamente novas tecnologias de trabalho. Nesse panorama o tempo tem sido o grande divisor de paradigmas para aqueles/as que necessitam desempenhar suas atividades profissionais a contento, porém necessitam de espaço e tempo para se qualificarem de forma a atender as demandas do mundo de trabalho. Daí a alternativa vislumbrada como supridora das atuais exigências desse mundo do trabalho em constante mudança: a Educação a Distância que para Nunes (1994),

a Educação a Distância constitui um recurso de incalculável importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em decorrência da ampliação da clientela atendida. Isso é possibilitado pelas novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância. Novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente. (apud ALVES, 2011, p. 84).

Outra peculiaridade da EaD é a possibilidade da promoção educativa de caráter formal e não formal haja vista que o aprendente pode programar seu calendário, escolhendo horários e espaços adequados à sua realidade e disposição para o ensino-aprendizagem. Neste sentido, a EaD se constitui como uma forma de educação possível e plausível às pessoas em geral e, sobretudo àquelas que não dispõem de tempo o suficiente para estarem presentes em uma sala de aula, porém, necessitam e querem uma melhor qualificação para a inserção no mundo do trabalho cada vez mais competitivo e tecnologizado. Mas, antes de prosseguirmos a discussão sobre a Educação a Distância é conveniente indagarmos: o que é realmente EaD? Como ela tem sido definida? Como a EaD tem se caracterizado nos diferentes contextos? Essas questões

funcionam como fio condutor desta pesquisa. Quanto a definição ou conceito estes têm sido dinâmicos ou não estáticos, pois, a medida em que novas ferramentas tecnológicas e estratégias pedagógicas e metodológicas são engendradas à EaD, o conceito também vai se modificando e/agregando novas roupagens (VIDAL; MAIA, 2010).

As definições ou projeções conceituais seguem tentando dizer realmente o que é EaD sempre numa perspectiva *mutatis mutandis* em razão das mudanças e transformações constantes nesta modalidade de educação. Neste sentido Cirigliano (1983) tentava definir EaD como um elo entre os extremos que liga e interliga professor-aluno fazendo emergir o autodidatismo do discente tornando possível a aprendizagem sem limitação de ocupação, idade, espaço e tempo evocando novas representações e atitudes didático-metodológicas para docentes e discentes deslocando e reconfigurando o centro do ato pedagógico não mais na figura do professor em uma sala de aula com a presença de discentes, mas no caráter possível do ensino-aprendizagem autonomamente (apud VIDAL; MAIA, 2010). Com efeito,

Isso naturalmente vai contribuir para formação de cidadãos ativos e críticos que procuram soluções e participam de maneira criativa nos processos sociais. Ou seja, a EAD, pelos próprios mecanismos pedagógicos adotados, favorece a formação de cidadãos mais engajados socialmente, conscientes de sua autonomia intelectual e capazes de se posicionarem criticamente diante das mais diversas situações. Ainda entre as especificidades da EAD, podemos destacar o fato desta, na maioria das vezes, trabalhar com estudantes adultos e se utilizar de material autoinstrucional e estudo individualizado, em que o aluno aprende a aprender, a estudar a partir do seu esforço e por conta própria, desenvolvendo habilidades de independência e iniciativa. Esse esforço de aprendizagem produz uma mudança gnosiológica em que a autonomia e o autodidatismo² passam a nortear a aprendizagem. Permite também que as diferenças individuais sejam respeitadas e que as preferências por tempo e local para estudo possam acontecer sem prejuízos para a aprendizagem. (VIDAL; MAIA, 2010, p. 12).

Para tanto, a EaD acontece teleguiada por algumas diretrizes ou princípios rompedores das práticas educativas tradicionais atendendo a algumas características fundamentais, tais como: a flexibilização no processo de ensino-aprendizagem concernente à sua efetivação; adequações situacionais específicas da região dos professores e alunos levando em conta fatores socioeconômicos, sociais e culturais, diversificação e alternativas nas atividades e materiais didático-pedagógicos, democratização e autonomia quanto ao uso do tempo e

formas de participação nos cursos, sobretudo com alternativas através de ferramentas ou tecnologias digitais que permite o acesso de ensino-aprendizagem com ou sem encontros presenciais. Mas, não para por aí. Já em 1967, Dohmem definia EaD como

[...] uma forma sistematicamente organizada de auto-estudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação, capazes de vencer longas distâncias. (apud ALVES, 2011, p. 85).

Já para alguns teóricos como Peters (1973), a EaD é uma maneira industrializada de ensino-aprendizagem.

[...] é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. (apud ALVES, 2011, p. 85).

A expansão e evolução da EaD estão atreladas a inúmeros fatores da atualidade. A competitividade e a necessidade da qualificação e requalificação constante da mão de obra para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho (XAVIER; XAVIER, 2013); o tempo exíguo ou fragmentado em razão da diversidade das ocupações; o avanço das tecnologias e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) somadas às tradicionais práticas educativas de currículos rígidos, cargas horárias altíssimas, salas de aula com excesso de discentes, número de disciplinas excessivas de cursos cheios de pré-requisitos, sistemática de atividades docentes rígidas e fechadas etc. Frente a esse quadro de herança positivista da educação, a EaD pode ser vista como uma possibilidade de ensino-aprendizagem mais liberal, aberta, democrática e autônoma (FORGRAD, 2004).

A EAD pode permitir, ainda, o trabalho coletivo e a transdisciplinaridade, o desenvolvimento de práticas educativas compartilhadas por diferentes atores, o estímulo do espírito de colaboração e da criatividade, além de favorecer condições de construção de conhecimento, com base na investigação e na solução de problemas. Certamente, a EAD não é a redentora dos graves problemas educacionais existentes em nosso país, mas poderá contribuir significativamente para as mudanças necessárias. (LÜCK, 2008, p. 261).

Mas, não são somente pacíficas ou positivas as definições ou tentativas conceituais em relação a EaD. Por exemplo, há quem afirme que

A ausência de contato físico nos processos de ensinar e de aprender que utilizam da EAD é apontada por vários críticos como um problema. Argumentam que a presença do professor e do aluno em sala de aula é uma condição necessária para que o processo ensino-aprendizagem se realize com efetividade. Acrescentam que o professor teria seu papel diminuído no processo, levando a sua desvalorização e à desumanização da Educação, visto que a máquina o substituiria em muitas de suas funções. Além disso, críticos à EAD são enfáticos em sublinhar que esta modalidade leva à precarização do trabalho do professor e da educação, e que a ela subjazem interesses econômicos, por ser uma educação de baixo custo. Esses argumentos nos permitem sentir sinais claros de resistência, preconceito e desconhecimento sobre a matéria. Mesmo com uma produção científica ainda pequena até o momento, já é possível comprovar que, ao contrário, a EAD potencializa e amplia as possibilidades de interação, qualifica o papel do professor e a sua implementação e manutenção apresenta custo alto, quando se pretende oferecer uma proposta de formação de qualidade, incluindo os profissionais necessários das diferentes áreas e as tecnologias disponíveis. (LÜCK, 2008, p. 261).

Sob o crivo da visão supracitada a interação do docente-discente somente é possível se tiver o contato físico próximo, visual. A contra-argumentação, entretanto, recorre aos ensinamentos construtivistas piagetianos de que o fenômeno do ensino-aprendizagem é um processo complexo que para se concretizar necessita de um certo período temporal no qual o sujeito cognoscente absorve, transforma e assimila o objeto cognoscível dentro de um processo interativo dialético integrador interno e externamente capacitando o sujeito sua interferência no mundo

Pelo visto não há apenas um conceito, definições ou consenso apaziguadores sobre o que é ou que poderá vir a ser a EaD. O que se constata é uma diversificada abordagem sobre essa modalidade de ensino que, aliás, também é discutível se ela pode e deve ser considerada uma modalidade de educação ou uma forma educacional. Mesmo sendo corriqueiro a

referência à EaD como uma modalidade algumas considerações suscitam reflexões se a EaD é uma modalidade de educação ou uma forma de educação. Isto porque ao ser considerada como modalidade a EaD poderá se confundir com as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Profissional, Indígena, Afro-Brasileira. Neste sentido, talvez seja mais viável a concepção de que a EaD deva ser considerada uma forma de educação e não uma modalidade. O fato é que há algumas discordâncias quanto a essas denominações.

Mas, o que ninguém discorda ou pode negar é o fato de que a EaD, em razão do crescimento populacional, as lutas da classe trabalhadoras por acesso ao saber socialmente produzido, da crescente demanda por educação e, sobretudo com a evolução e expansão tecnológica que exige mudanças infra e estruturais nos estabelecimentos de ensino, tem se tornado uma alternativa primordial para que pessoas de diferentes classes ou posição social conquistem uma formação educacional almejada. É diante desta realidade que a EaD possibilita muitas pessoas a concluírem diversos cursos, incluindo os superiores que as torna mais qualificadas ou ao menos conseguem sua inserção na disputa do mundo do trabalho cada vez mais competitivo.

No momento atual, a divulgação e ampliação da EaD tem como mola propulsora a expansão e evolução das mídias digitais e/ou Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs). O fato é que contemporaneamente é possível definir EaD como uma modalidade de educação mediada por tecnologias entre discentes e docentes que mesmo separados física e/ou temporalmente conseguem se conectar virtualmente e realizarem o processo de ensino-aprendizagem. Mas, nem sempre foi assim. O processo da EaD e sua expansão e evolução mesmo tendo uma certo desenvolvimento gradual tem enfrentado resistências e discriminações em diferentes contextos. Também é racional afirmar que a EaD se apresenta como uma realidade que pela sua dimensão e importância no âmbito educacional comporta uma tendência cada vez mais favorável a se expandir em todo o mundo, marchando para a superação de certos preconceitos e desconfianças por parte de instituições de ensino e educadores mais tradicionais e conservadores. Esta superação está sendo possibilitada graças

ao advento da internet e das novas tecnologias próprias de um sistema cada vez mais globalizado e interconectado.

É necessário mencionar que metodologicamente a forma de ensino-aprendizagem via EaD não difere ou pelo menos não deve diferir do ensino-aprendizagem presencial. Isto significa ratificar que para o ensino-aprendizagem ter a qualidade devida necessário se faz o emprego de estratégias metodológicas adequadas, eficientes e eficazes tanto na forma de educação presencial como na forma de EaD, inclusive com o uso mais avançado das NTICS. Neste sentido, a EaD consolida suas características básicas como forma de educação que abrange coletivamente em múltiplas vias de acesso, superando os obstáculos de tempo, espaço e distância, bem como fomenta a autonomia do ensino-aprendizagem seguindo duas tendências básicas, conforme Barros (2003, p. 52): “[...] a universalização das oportunidades e a preparação para o universo do trabalho”. Esta é certamente a grande e significativa contribuição da EaD para a atual sociedade cada vez mais dinâmica e volátil no tempo e no espaço.

EaD: contexto global

Existem algumas divagações bastante distantes em relação à existência da EaD. Algumas dessas divagações se referem à Grécia antiga quando os cavaleiros entregavam mensagens através de cartas e bilhetes em outras províncias ou a outros acampamentos, sobretudo com orientações para batalhas. A prática epistolária sobre vários assuntos tanto na Grécia como em Roma foi sempre um dos recursos utilizados para possibilitar que as ordens, diretrizes e determinações dos governantes chegassem até aos súditos. Exemplo clássico ocorreu em meados do 1º (primeiro) século da Era Comum com as doutrinárias 13 (treze) cartas escritas ou ditadas atribuídas ao apóstolo Paulo e enviadas aos seguidores cristãos das cidades greco-romanas. Ressalte-se que muitas dessas cartas, apesar de ser atribuída a autoria de Paulo, existem algumas controvérsias em relação a este fato.

O conjunto das Cartas Paulinas compreende um total de treze Cartas que reivindicam a paternidade do Apóstolo Paulo.

a) Cartas Proto-Paulinas: que seguramente são autênticas, isto é, que são de autoria do Apóstolo Paulo, e que são aceitas por todos os estudiosos: Romanos, 1-2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemon.

b) Cartas Deutero-Paulinas: são aquelas cuja autenticidade não é segura ou é negada por certo número de estudiosos: Efésios, Colossenses e 2 Tessalonicenses.

c) Cartas Tritio-Paulinas: 1-2 Timóteo e Tito. Essas dificilmente seriam do Apóstolo Paulo, pois usam uma linguagem diversa e tratam de problemas que existiam nas comunidades no final do I século [...]. Outro aspecto interessante é o de que as cartas não foram escritas do próprio punho do Apóstolo. Ele as ditava (cf. Rm 16,22) e às vezes assinava (cf. Gl 6,11). Talvez a carta a Filemon tenha sido o único escrito com sua própria mão (*sic*).⁴

Quanto à autoria há esses questionamentos, o que não é o foco desta discussão. O fato é que o epistolário foi uma das formas instrucionais desde os tempos mais remotos até os dias atuais com as avançadas técnicas de correios e telégrafos. Durante o período medieval a prática epistolaria continuou sob os auspícios da Igreja Católica no mundo cristão e também em outras regiões do mundo essa prática também teve sua real ocorrência.

Com o advento do mundo moderno, a partir, sobretudo da Revolução Científica e Iluminista (séculos XVII e XVIII), respectivamente as cartas transmissoras comunicando informações de descobertas e achados científicos deram início a um novo marco na arte do ensino-aprendizagem. Conforme Barros (2003), a EaD contemporânea tem sua gênese a partir de um curso por correspondência anunciado pelo professor de Taquigrafia Cauleb Phillips, em 20 de março de 1728, implementando, assim, o advento da EaD em seus diferentes contextos. Daí em diante, as novas tecnologias proporcionaram, gradativamente, evolução e expansão revolucionárias no âmbito da Educação a Distância. Exemplos relacionados a essa tendência vêm à tona com o incentivo ao ensino por correspondências na Suécia, em 1833 e, com os princípios da taquigrafia na troca cartões postais com seus alunos realizadas por Isaac Pitman, em 1840, na Inglaterra.

A Educação a Distância tem sua gênese institucional com a fundação da primeira escola por correspondência destinada ao ensino de línguas por Charles Toussaint e Gustav

⁴ CARTAS PAULINAS. Introdução às Cartas de Paulo. Disponível em: <<http://www.nospassosdepaulo.com.br/p/cartas-paulinas.html>> Acesso: 15 dez. 2015.

Langenscheidt, em 1856, em Berlim. Em seguida, em 1873, surge a *Society to Encourage Study at Home* e, em 1891, Thomas J. Foster iniciou o *International Correspondence Institute* em Scarnton, Pensilvânia, EUA, um Curso sobre medidas de segurança no trabalho. Em 1892, a Universidade de Chicago inicia também um curso de formação de professores por correspondências para as escolas paroquiais. Estas e tantas outras experiências foram desenvolvidas a partir desse contexto que seguiu em diante adentrando ao século XX, mas sempre com a oferta de cursos à distância com o uso de material impresso como o principal recurso didático-pedagógico.

Contudo, a partir do final da segunda década do século XX, os meios radiofônicos começam a ser utilizados para a promoção de cursos de ensino-aprendizagem para a educação de adultos. Deste modo, esse tipo de tecnologia passa a ser utilizado em prol da transmissão de programas educacionais em inúmeros países, incluindo o Brasil. A partir do pós-guerra muitas experiências com características de EaD foram desenvolvidas haja vista que:

O cenário pós-guerra exige novas dinâmicas sociais e os avanços científicos e tecnológicos ocorridos durante a guerra demandam novas profissões e ocupações. O número de professores é insuficiente para atender uma população que procura cada vez mais a educação. Neste sentido, a educação a distância se coloca como uma alternativa que permite atender em maior escala, o contingente de pessoas que querem se qualificar para o mercado. As primeiras experiências da Open University surgem neste período, com a participação da BBC, especialmente para uso do rádio e da emergente televisão. (VIDAL; MAIA, 2010, p. 17).

Mas, o grande desenvolvimento, evolução e expansão da EaD se dá a partir da década de 1960, contexto no qual o ensino secundário e superior aderem ao ensino-aprendizagem pela forma de EaD. Nesta perspectiva, ainda segundo Vidal e Maia (2010, p. 14),

A EAD atinge países que se situam dentre os mais diversos patamares de maturação educacional e de desenvolvimento socioeconômico, a exemplo da China, Coréia, Finlândia, Noruega, Austrália, África do Sul, Portugal, Estados Unidos, Costa Rica, Venezuela, Palestina, Argélia, Líbia, Índia e Brasil.

Com efeito, as décadas posteriores a de 1960 consolidaram a tendência de evolução e expansão da EaD. É bem verdade que a infraestrutura técnica relativa ao virtual despontou ainda no pós-guerra de 1945, na Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA). Porém, o referido desenvolvimento infraestrutural promissor do virtual, logo o pós-guerra, ficou restrito ao militarismo tendo alcançado o uso civil somente após a década de 1960, com o desenvolvimento do hardware em larga escala de forma constante. Mesmo assim, poucos vislumbravam que aquelas enormes “máquinas de calcular, frágeis, isoladas em salas refrigeradas, que cientistas em uniformes brancos alimentavam com cartões perfurados e que de tempos em tempos cuspiam listagens ilegíveis”, ao passar do tempo, revolucionassem virtualmente a informação e a comunicação encetando transformações sociais nunca antes visto na história (LÉVY, 1999, p. 31).

Apesar desse início de organização, evolução e expansão infraestrutural visando o virtual tenha-se consolidado na década de 1960, os serviços informatizados naquele contexto destinavam-se, sobretudo aos cálculos científicos estatais ou de grandes trustes empresariais voltados para as tarefas de grande porte como gerenciamento global de dados e folhas de pagamentos. Com efeito, o grande desenvolvimento das unidades informacionais como os microprocessadores localizados em chips eletrônicos afetaram decisivamente o mundo do trabalho, principalmente no âmbito das áreas econômicas e sociais, a partir da década de 1970. Conforme Lévy (1999, p. 31), nesse contexto esses recursos eletrônicos informacionais “abriram uma nova fase na automação da produção industrial: robótica, linhas de produção

flexíveis, máquinas industriais com controles digitais etc [...], o princípio da automação de alguns setores do terciário (bancos, seguradoras),” que continua numa crescente irreversível.

Nas últimas décadas do século XX e na década e meia deste atual século as os avanços das TICs e seus adereços continuam evoluindo e se expandindo de numa velocidade e amplitude imensuráveis. As novas tecnologias ou ferramentas digitais com o advento da internet possibilitaram um processo revolucionaram em todas as áreas da informação e da comunicação afetando decisivamente os conteúdos e metodologias no campo do ensino-aprendizagem com o recurso da EaD. Nessa ótica, a EaD tem ignorado as barreiras até então intransponíveis de tempo, espaço, individualidade e mediação do saber por meio da pessoa física do professor. A perspectiva da EaD se concretiza e se estabelece cada vez mais na autonomia do aprendente e na democratização e disponibilização dos conteúdos e recursos didático-pedagógicos através da interação coletiva entre professor-aluno-tutor, nos mais diversos espaços virtuais de ensino-aprendizagem

EaD: Contexto brasileiro

A abordagem sobre a EaD no contexto brasileiro ocorre a partir da terceira década do século XX e não é de difícil de identificação e caracterização. Isto porque somos imediatamente impulsionados a elencar o marco divisor entre um Estado rural patrimonialista liberal clássico, construído sob a égide da Constituição outorgada de 1824, que perdurou até as incursões da governança de Getúlio Vargas a partir de 1930, com as tentativas de construção e estabelecimento de um Estado moderno, industrializado e urbano. É somente com a tentativa de modernizar, industrializar e urbanizar o Estado brasileiro que existiu a possibilidade de uma espécie de Ensino a Distância dando início a gênese da EaD para o futuro educacional da sociedade brasileira.

A possibilidade da existência de EaD no Brasil está diretamente relacionada com o processo ou tentativa de industrialização que exigiu demandas políticas educacionais qualificadoras da mão de obra dos trabalhadores. Para tanto, no âmbito desse contexto e

visando atender as demandas para atender ao mercado de trabalho emergente, eis que a EaD surge como possibilidade para atender a tais exigências proporcionando formação com as habilidades específicas para a mão de obra industrializada. Com a finalidade de adestrar, instruir, treinar e capacitar o trabalhador a EaD (a seu modo) no contexto em debate foi estabelecida como uma política pública que tinha como destino qualificar uma numerosa quantidade de trabalhadores visando atender as demandas trabalhistas vigentes sem, no entanto, despertá-los para uma conscientização crítica sobre as questões que envolvem o mundo do trabalho. Neste sentido é que a partir do estabelecimento do Estado Novo, em 1937, as primeiras técnicas com características de EaD surgem com o Instituto Rádio-Técnico Monitor e com o Instituto Universal Brasileiro em 1939 e 1941, respectivamente (NUNES, 1992).

As experiências com caráter de EaD prosseguiram de maneira diversificada até o surgimento da televisão na década de 1950 e que na década seguinte (1960), passou a ser utilizada como veículo teleducativo alcançando um número significativo de educandos fora dos centros educacionais delimitados. Na década posterior (1970), a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e o Ministério da Educação (MEC) promovem as primeiras séries de cursos de capacitação de professores à Distância. Nos idos de 1972/74, decisivamente a EaD entra no cenário como política pública educacional. Daí em diante projetos educativos de alcance de caráter semelhante são financiados pelos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), como o Projeto Minerva e o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI). Já no final da década de 1978, eis que surge o telensino de 1º e 2º Graus com os Telecursos, tendo sido o Telecurso 2º Grau, resultante da parceria da Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, o mais conhecido (VIDAL; MAIA, 2011).

Na década de 1980, as questões políticas e econômicas recessivas não permitiram mudanças significativas nas políticas educacionais a distância. Todavia, na década de 1990, a EaD consolida-se com maior intensidade nos Planos e Projetos Pedagógicos chegando a ser

incluída, pela primeira vez, na Legislação da Educação Brasileira sendo prevista no art. 80, da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Entretanto, é

Importante destacar que antes mesmo da publicação da LDB em 1996, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em 1994 realizou o primeiro processo seletivo para um curso de graduação a distância, dirigido para formação de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental. O referido curso foi oferecido em algumas cidades do Estado, contando com 352 alunos matriculados. O curso da UFMT utilizava material impresso com mediação de tutoria presencial nas cidades polos das turmas. Este modelo passou a servir de referência para outras instituições de ensino superior que, aos poucos foram iniciando suas atividades na área de EAD. Em 1996 aparecem os primeiros cursos de mestrado oferecidos com uso de videoconferências, na Universidade Federal de Santa Catarina. Eles visavam atender demandas específicas de empresas, através do uso da tecnologia digital e interatividade em áudio e vídeo. Estas experiências, a princípio, foram desenvolvidas nas universidades públicas e a partir delas começou a se formar no Brasil, profissionais cuja atuação e área de pesquisa passou a ser a EAD. (VIDAL; MAIA, 2010, p. 15).

A partir da efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) diversas experiências relacionadas a EaD com forma de educação foram implementadas com a utilização de conteúdos, estratégias metodológicas e recursos didáticos como: professores e tutores mediadores a distância, material didático impresso, *on line*, videoaulas e o uso de uma quantidade significativa de tecnologias digitais através dos Ambientes Virtuais de Aprendizagens. A partir de 1998, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a ofertar cursos de pós-graduação (*lato sensu*) via EaD possibilitados pelo recurso da Internet. Com a crescente da demanda de cursos superiores via EaD, o MEC necessitou redimensionar um leque de regulamentações e diretrizes normatizando o exercício da EaD. Em forma resumida Vianney (2009 apud VIDAL; MAIA, 2010, p. 15-16), constata que a EaD no Brasil

De 1994 até os dias de hoje, se desenvolveu a partir de cinco modelos, que são:

- O modelo de tele-educação com transmissão ao vivo e via satélite em canal aberto para todo o País. O exemplo mais conhecido e de alcance nacional é o Telecurso da Fundação Roberto Marinho.
- O modelo de videoeducação com reprodução pré-gravada em forma de teleaulas.
- O modelo semipresencial, com uma proposta de interiorização universitária que combina a educação a distância com a presencial em polos regionais, que funcionam como unidades presenciais de apoio para acesso dos alunos a laboratórios, bibliotecas, e salas de aula para

realização de tutoria presencial em parceria com as prefeituras municipais. Este modelo foi adotado inicialmente pela UFMT, por outras instituições e pela UAB.

- O modelo de universidade virtual, com uma EAD caracterizada pelo uso intensivo de tecnologias digitais para a entrega de conteúdos e atividades para os alunos e para promover a interação destes com professores, colegas e suporte técnico e administrativo. Neste modelo as etapas presenciais são reservadas para a realização de provas, com as demais atividades sendo realizadas a distância.
- O modelo em que os alunos dos cursos a distância permanecem períodos regulares na instituição (de forma presencial) onde realizam não apenas provas, mas atividades em laboratório, por exemplo.

Na realidade atual da EaD, o domínio das mídias e ferramentas digitais no Brasil estão presentes nos diversos níveis de ensino. Porém, há de se destacar que com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e com a criação e sancionamento da Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, especificamente em seu artigo 2º, § 2º, inc. I a EaD, passou a fazer parte do ensino público oficial do Brasil conjuntamente com o ensino presencial com uma acentuada atuação em cursos de formação inicial e continuada para os profissionais do magistério através de cursos superiores de graduação, sequencial, tecnológico, pós graduação *lato e stricto sensus* que são oferecidos nas IES públicas e privadas em todo País nas esferas Federais, Estaduais e Municipais.

Além das modalidades educativas oficiais outras formas também se apresentam em vários espaços escolares por meio das redes virtuais de ensino-aprendizagem que exigem de seus usuários interações e interdependências comunicativas e informativas. São organizações espontâneas que ocorrem em escala global aproximando virtualmente guetos, ruas, bairros, cidades, ilhas, nações, nacionalidades, comunidades e coletividades numa dimensão temporal real. Basta que possua um sinal de internet que conecta e interconecta sujeitos sociais nos quatro cantos do planeta.

Com essas novas composições espaciais, através das redes sociais virtuais, abrem-se novas concepções de espaço não escolar:

- i. Mudança paradigmática através de novas ferramentas informáticas, pelas quais o indivíduo cria novos espaços para práticas educativas;
- ii. Rompimento de fronteiras, realocando as ações na rede e em rede;
- iii. Usos de redes sociais como espaços onde se podem encontrar fonte de informação e comunicação, assegurando os fluxos e compartilhamento de informação;
- iv. Rede de transferência de informação para e pelos sujeitos;

- v. Conexão entre os indivíduos e instituições entre si, favorecendo o princípio de equidade (acesso à informação);
- vi. As redes sociais também constituem um espaço de localização e distribuição de informações a toda hora;
- vii. Introdução de uma verdadeira revolução na forma como os grupos e comunidades se organizam nos espaços e tempos virtuais;
- viii. Independência real e efetiva do desenho técnico das ferramentas digitais na evolução das linguagens e dos espaços a serem utilizados. (MARTINS; SANTANA; FIALHO, 2014, p. 163).

Com efeito, são nesses espaços habitados de ondas movediças de uma sociedade global que se distancia fisicamente, mas que virtualmente estão sempre muito próximas na medida em que os espaços educativos estão numa constante deslocação ou desterritorialização formais para circunstâncias não formais e/ou informais, como já foi mencionado no tópico do contexto global.

Conclusão

Indubitavelmente, a Educação à Distância (EaD) é uma indispensável alternativa para se minimizar o enorme *déficit* das políticas educacionais historicamente ocorrido no Brasil, principalmente na esfera pública. Isto porque as práticas educativas à distância ocorrem nas mais diferentes situações e com o uso das mais diversas ferramentas digitais possíveis alcançando destinos e superando barreiras até então intransponíveis. Além disso, é válido ressaltar que esse é um processo irreversível e que os sistemas oficiais de educação necessitam de sensibilidade para a promoção e ampliação das práticas educativas a distância com os diferentes componentes ou ferramentas de multimídias.

Não podemos descartar que a Educação a Distância inclui-se como uma nova prática e práxis de ensino-aprendizagem configurando e reconfigurando o cenário educacional, exigindo de seus agentes uma qualificação e requalificação constante em virtude das mudanças e inovações no âmbito dos parâmetros das relações de ensino e aprendizagem gerenciadas pelas

plataformas e ambientes colaborativos mediados pelas mídias e objetos educacionais oferecidos em tempo e espaço reais e virtuais.

Por outro lado, é inegável o fato de que a informática, nas escolas brasileiras, é considerada como uma cultura nova. Neste sentido, segue-se uma certa resistência, principalmente de docentes que têm uma formação tradicional e que não tiveram acesso ao uso das mídias digitais e desconhecem ou ignoram os inúmeros recursos que o uso correto das velhas e novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) proporcionam no redimensionamento metodológico do ensino-aprendizagem. Ainda falta-lhes conhecimento e compreensão de como interagir o uso das novas tecnologias com as práticas pedagógicas. Por estas e tantas outras razões é que as políticas de educação a distância devem ser implementadas, redimensionadas, avaliadas e efetivadas com maior intensidade e permanência constante.

Com efeito, o sucesso dessas políticas educacionais nas escolas está condicionado ao engajamento não só dos professores, mas de toda comunidade escolar e, principalmente do envolvimento geral dos agentes educacionais. Não esquecendo de que além das condições materiais necessárias à formação básica inicial é necessário o acompanhamento de especialistas da área da informática, de cursos mais avançados, encontros com outros agentes educacionais, intercâmbios com outras unidades de ensino e, sobretudo, possibilitar a aplicação desses conhecimentos na práxis pedagógica. Essa não é tarefa imediata. Requer um certo tempo de treinamento e praticidade. Trata-se de mudança de mentalidade e, portanto, de colaboração de todos os envolvidos no processo.

O que se conclui, por fim, é que se faz necessário e com urgência mais incentivos e um maior acompanhamento por parte dos gestores no tocante ao uso correto das mídias digitais pelos agentes educacionais das escolas brasileiras. Enquanto não houver uma consciência de que o uso adequado das TICs no ensino-aprendizagem é capaz de proporcionar um ensino mais prazeroso, avançado e capaz de profissionalizar os discentes esses desafios não serão superados. Os cursos de formação devem ser repensados e

oferecidos com tempo disponível incluído na própria jornada de trabalho e estudo dos agentes educacionais.

Referências

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** In: Associação Brasileira de Educação a Distância. RBAAD – **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Volume 10 – 11, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional).

_____. **Lei nº 11.273**, de 6 de fevereiro de 2006. (Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica).

_____. **Lei nº 11.502**, de 11 de julho de 2007 (Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e dá outras providências).

FORGRAD. Fórum de **Pró-Reitores das Universidades Brasileiras. Resgatando espaços e construindo ideias.** 3. ed. Uberlândia: EDUFU, 2004.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas.** Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Proceedings online...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn> Acesso em: 28 Jan. 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**; tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÜCK, Esther Hermes. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n° 3, p. 258-267, set./dez., 2008.

MARTINS, Cibelle Amorim; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiúza. **Práticas educativas digitais: uma história, uma perspectiva**. – Fortaleza: edições UFC, 2014.

NUNES, I. B. Educação a Distância e o Mundo do Trabalho. Revista Tecnologia Educacional, n. 107, p. 73-78, jul./ago., 1992. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). **Educação a Distância: referências e trajetórias**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano, 2001.

SARAIVA, Terezinha. Educação a Distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 17. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

VIANNEY, J. TORRES, P. L e ROESLER, L. Educación superior a distancia en Brasil In Torres, P. L e RAMA, C. (Coor). **La Educación Superior a Distancia em America Latina y el Caribe - Realidades y tendencias**. Santa Catarina, UNISUL. 2010.

VIDAL, Eloísa Maria; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à Educação a Distância**. Fortaleza: Editora RDS, 2010.

XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas, educação e inclusão digital: qualificação, inserção produtiva e social no Brasil. **Educação em Debate** (UFC), v. 33/35, p. 135-150, 2013.

Antônio Roberto Xavier

Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) do Curso de Bacharelado em Administração Pública presencial e EAD; Membro do NDE do Curso de Bacharelado em Administração Pública (EAD) da UNILAB; Doutor em Educação (UFC); Pós-doutorado em Educação (UFPB); Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE); Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); Especialista em História e Sociologia (URCA); Graduado em História (UECE); Graduado em Pedagogia (FAK).

Lisimére Cordeiro do Vale Xavier

Doutoranda em Educação Brasileira (UFC); Mestra em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa (UECE); Graduada em Pedagogia (UECE); Graduada em Letras (UECE). Professora da Rede Pública Municipal e Estadual do Estado do Ceará. Experiência em Ensino a Distância (EaD) na Escola de Gestores (UFC).

Maria Jucilene Freire Lopes Marinho

Mestranda em Informática Educativa; Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio - UECE; Mídias na Educação - UFC, Tecnologias na Educação - PUC/RIO e Gestão Escolar - UFC/CE; Graduada em Letras (UERN); Funcionária Pública da Secretaria da Educação do Estado do Ceará-CE. Experiência em Informática Educativa e Educação a Distância (EAD).

Artigo recebido em 26/03/2016

Aceito para publicação em 20/07/2017

XAVIER, Antônio Roberto Xavier; XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; MARINHO, Maria Jucilene Freire Lopes. Educação a Distância (EaD): Texto e Contexto. Revista Paidéi@. Unimes Virtual. Volume 9 – Número 16 – JULHO-2017 – Disponível em:

<http://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=paideia&page=index>